



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL
SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, HABITAÇÃO E
ASSISTÊNCIA SOCIAL

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
(2022 a 2025)**

Aprovado por Resolução nº 17 de 22 de dezembro de 2021 pelo Conselho
Municipal de Assistência Social (CMAS).

SOBRAL-CE

2021

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	02
2.OBJETIVOS.....	09
2.1.Geral.....	09
2.2.Específicos.....	09
3.PERCURSO METODOLÓGICO.....	10
3.2.Linha de Ação da Gestão.....	11
3.2.Linha de Ação da Assistência Social.....	11
3.3.Linha de Ação dos Direitos Humanos.....	13
3.4.Linha de Ação de Prevenção de Violências.....	18
3.5.Linha de Ação do Controle Social.....	19
3.6. Linha de Ação de Educação e Mídia.....	20
4.ANÁLISE SITUACIONAL.....	22
5.PERCURSO PEDAGÓGICO.....	30
5.1. Teorias Pedagógicas.....	30
5.1.1 Teoria da Pedagogia Diferenciada.....	30
5.1.2 Teoria da Aprendizagem Significativa.....	31
5.1.3 Teoria da Pedagogia Crítica.....	31
5.2.Trilhas de Aprendizagem.....	32
5.3. Modalidades de Formação e Ferramentas de Aprendizagem.....	35
6.CARTOGRAFIA.....	36
6.1.Mapeamento do Território Vivo e Necessidades da Gestão.....	37
6.2.Mapeamento do Território Vivo e Necessidades da Assistência Social.....	38
6.3.Mapeamento do Território Vivo e Necessidades dos Direitos Humanos.....	63
6.4.Mapeamento do Território Vivo e Necessidades da Prevenção de Violências.....	65
6.5. Mapeamento do Território Vivo e Necessidades do Controle Social.....	68
6.5. Mapeamento do Território Vivo e Necessidades de Educação e Mídia.....	71
7.EDUCAÇÃO E MÍDIA.....	73
8.MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	75
9.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

INTRODUÇÃO

A publicação da Política Nacional de Assistência Social (2004), seguida pela Norma Operacional Básica do SUAS (2005) e, posteriormente, pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (2006), sinalizaram a necessidade de investimentos na formação permanente e continuada dos(as) trabalhadores(as) do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), com vistas a otimização do atendimento aos usuários da política pública de Assistência Social.

Investir em formação permanente significa priorizar a oferta de serviços e ações voltadas para o atendimento das necessidades das famílias e indivíduos junto aos equipamentos da rede socioassistencial do município.

Os processos formativos vividos em gestões anteriores partem do princípio estruturante de educação permanente que possam contribuir de forma coletiva para o aprimoramento da capacidade de gestão, tomando como referência as vulnerabilidades sociais, a dinâmica do território e o desenvolvimento do trabalho social com as famílias. Vale ressaltar que no âmbito do órgão gestor não foi estruturada a Gestão do Trabalho com competência para alavancar a Educação Permanente.

O Plano de Educação Permanente (2022 a 2025) se propõe a integrar processos formativos incluindo não somente os profissionais que atuam no SUAS, mas como em outras políticas públicas, com a equipe da rede parceira prestadora de serviços e programas, gestores e conselheiros de direitos vinculados à SEDHAS.

Portanto, compreendemos que a estratégia de Educação Permanente deve ser sistemática e contínua, sustentável e participativa, em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais, sem deixar de respeitar também a descentralização e as diversidades da região e do próprio território, em conformidade com a concepção de Educação Permanente preconizada pela NOB RH-SUAS (2006).

No âmbito da Assistência Social, destacamos que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou duas resoluções importantes instrumentais político-pedagógicas para aprimorar a Educação Permanente na Assistência Social, a citar: a Resolução nº 08 – 16/03/2012, que institui o Programa Nacional de Capacitação do

SUAS – o CapacitaSUAS e a Resolução nº 04 – 13/03/2013, que aprova a Política Nacional de Educação Permanente – PNEP/SUAS.

Para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS como política pública de direito, a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Assistência Social (SEDHAS) ainda tem o grande desafio de potencializar a gestão plena do SUAS no município de Sobral, aprimorando o processo de articulação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, enquanto sistema integrado, articulado e de provisão de ações de proteção social básica e especial, afiançador de seguranças sociais, com o monitoramento e avaliação de suas ações, de modo a obter eficácia e eficiência nos investimentos públicos e efetividade no atendimento à população, e isso perpassa por investimento no capital humano.

Com base nos princípios da educação permanente, a capacitação no SUAS, requer a superação do modelo tradicional e fragmentado, que garantam o acesso a conteúdos basilares, intermediários e avançados, na perspectiva de desenvolvimento de competências e atitudes pautadas nos princípios éticos e técnicos, além da difusão de conhecimentos e práticas exitosas, qualificadas e de melhoria na qualidade dos serviços e consequentemente na vida das famílias e indivíduos que acessam as políticas públicas desenvolvidas na SEDHAS.

Conforme a NOB/RH é de responsabilidade dos entes federados a implantação das ações de Gestão do Trabalho e nela as ações relativas à capacitação no âmbito dos Municípios, Estados, Distrito Federal e União, bem como para as Entidades e Organizações de Assistência Social.

Neste contexto, compete aos municípios realizar a capacitação introdutória (nivelamento), a atualização e supervisão técnica da rede socioassistencial e conveniada do SUAS e o cumprimento das metas previstas nos Planos Decenal da Assistência Social (I e II).

Novos saberes e capacidades são exigidos pela implementação do novo paradigma e estruturação do sistema descentralizado e participativo - o SUAS – destinado à operacionalização da Política Nacional de Assistência Social.

São diretrizes da Política Nacional de Capacitação para o SUAS que se fundamentam na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/ SUAS)

e estão em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), alterada pela Lei 12.435/2011:

I. Reconhecer a capacitação como elemento fundante da qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, sendo essencial para consolidação do SUAS;

II. Fundamentar as ações de capacitação na perspectiva da educação permanente, a ser realizada de forma sistemática e continuada; sustentável; participativa; nacionalizada; descentralizada; avaliada e monitorada;

III. Promover a capacitação com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais; ao efetivo exercício do controle social; e ao empoderamento dos usuários, para o aprimoramento da política pública;

IV. Primar pelo investimento em múltiplas formas de capacitação, adotando instrumentos criativos e inovadores, metodologias que favoreçam a troca de experiências e tecnologias diversificadas, adequando-as aos diferentes atores sociais e garantindo a acessibilidade das pessoas com deficiência;

V. Respeitar as diversidades e especificidades regionais e locais na elaboração das ações de capacitação;

VI. Prever o monitoramento e a avaliação nos planos e demais ações de capacitação;

VII. Integrar diferentes segmentos dos órgãos educacionais, de gestão e das instâncias de controle social e movimentos sociais, favorecendo a ampliação dos espaços de debate, com a finalidade de formular, planejar, executar, monitorar e avaliar ações de capacitação para o SUAS;

VIII. Incentivar a produção de conhecimento e a publicação de pesquisas acerca da política pública de assistência social e das experiências de capacitação existentes.

Em síntese, a perspectiva pedagógica está pautada na centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais, na interdisciplinaridade, na aprendizagem significativa; na historicidade e no desenvolvimento das capacidades e competências requeridas pelo SUAS e se orienta pelo reconhecimento dos saberes já construídos nas práticas profissionais partindo de situações concretas vivenciadas pelos trabalhadores do SUAS, ao mesmo tempo em que amplia estes saberes com a disseminação de conhecimentos científicos e com a troca de experiências.

Em 2014 foi elaborado o I Plano Municipal de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a Extrema Pobreza, pautado nos

princípios da Política Nacional de Educação Permanente do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), onde foram considerados a dinâmica cotidiana vivenciada pelos profissionais enquanto sinalizadores das temáticas e metodologias a serem implementadas nos percursos formativos voltados às funções de gestão, provimento de serviços e benefícios socioassistenciais e controle social à efetiva concretização do trabalho a ser realizado no âmbito do SUAS.

Este Plano, portanto, objetiva ampliar o leque de possibilidades metodológicas para uma aprendizagem significativa e ativa dos profissionais articulando as políticas públicas operacionais na SEDHAS, considerando as diretrizes e objetivos da Política de Assistência Social no atendimento à população em risco e vulnerabilidade social, bem como por tratar-se de um plano integrado, considera ainda a Política dos Direitos Humanos, da Prevenção de Violências e do Controle Social.

Partimos do pressuposto do desenvolvimento de metodologias ativas e dinâmicas que contemplem os princípios de uma educação transformadora e autêntica, onde os profissionais se percebam como sujeitos da sua ação e com possibilidades efetivas de transformá-la como o grande desafio a ser enfrentado na área da formação permanente, que supera a lógica de processos tradicionais de cursos, palestras e técnicas, substituindo por um trabalho contínuo de reflexão crítica sobre as práticas e reconstrução permanente de uma identidade pessoal e societária.

Nesta perspectiva de construção coletiva do Plano Municipal de Educação Permanente, a SEDHAS constituiu um Grupo de Trabalho para delinear as diretrizes e as estratégias, onde serão considerados o mapeamento do território vivo para o levantamento de necessidades de aprendizagem dos profissionais (novembro/2020), sendo estabelecido espaços de participação e escuta quanto às temáticas a serem contempladas no referido plano.

No âmbito da Assistência Social, além da importância do trabalho social, acrescentamos o de controle social do SUAS. A função de controle social está ancorada ao princípio da participação popular que é estruturante da gestão da Política de Assistência Social e do SUAS. A função de controle social é exercida especialmente pelos conselhos de assistência social. Segundo o Artigo 19 da NOB/SUAS/2012, os conselhos de assistência social são instâncias deliberativas colegiadas do SUAS, vinculadas à estrutura do órgão gestor de assistência social da União, dos Estados, do

Distrito Federal e dos Municípios, com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, instituídas por meio de lei específica, que possa garantir a escolha democrática da representação da sociedade civil, permitindo uma única recondução por igual período.

Já no campo dos Direitos Humanos, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), lançado em 2003, está apoiado em documentos internacionais e nacionais, demarcando a inserção do Estado brasileiro na história da afirmação dos direitos humanos. Tem como objetivos balizadores do PMEDH, conforme estabelecido no artigo 2:

- a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais;
- b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana;
- c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, étnicos, religiosos e linguísticos;
- d) estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito;
- e) construir, promover e manter a paz.

Assim, a mobilização para a educação em direitos humanos está imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade.

A elaboração e implementação de plano e programas e a criação de comitê de educação em direitos humanos se constituem, portanto, em uma ação estratégica para efetivar a Educação em Direitos Humanos. O Plano e o Comitê de Educação em Direitos Humanos são dois importantes mecanismos apontados para o processo de implementação e monitoramento, de modo a efetivar a centralidade da educação em direitos humanos enquanto política pública.

Com relação a Política Municipal de Prevenção de Violências, destacamos a relevância da gestão em investir na estruturação de uma agenda prioritária que fortaleça as políticas públicas setoriais compreendendo a urgência de tratarmos o problema da violência como algo transversal e de responsabilidade do Estado.

Frente aos melhores indicadores sociais do país, o município se surpreendeu com um movimento inesperado: o altíssimo número de homicídios, sobretudo de

adolescentes e jovens negros. Enquanto a taxa de homicídio por 100 mil habitantes no país, em 2014, foi de 29,1 (IPEA, 2014), a mesma taxa para Sobral foi de 52,1. O município era, em 2014, o 27º município com maior taxa de homicídio da federação (Cada Vida Importa, 2016). Os altos índices de homicídios na adolescência e na juventude também foram notados em diversas cidades do estado do Ceará, levando à construção da agenda estadual de prevenção de Violência. Entre 2015 e 2016, foram criados dois importantes movimentos para fomentar instrumentos que respondam aos altíssimos indicadores de homicídio. A nível legislativo, foi criado o Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência - Cada Vida Importa e a nível executivo estadual o Pacto por um Ceará Pacífico.

Segundo o Relatório Final do Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência (2016), um dos marcadores na trajetória da juventude cearense vítima de homicídio é a distância ou ausência das políticas públicas em suas vidas. Esse dado, ao mesmo tempo que reconhece a importância da garantia de direitos para a prevenção de violências, evidencia um grande desafio das políticas públicas sociais: atuar de modo contextualizado e transversal, reconhecendo o sujeito de forma integral e customizada. Para qualificar o trabalho intersetorial o grande desafio posto é o de aproximar as políticas públicas da juventude e aproximar a própria juventude das políticas públicas. Para tal, é necessário que os setores reconheçam a necessidade e os desafios de reinvenção das suas práticas e a juventude se reconheça como ocupante e pertencente desses espaços, sejam eles as políticas de educação, saúde, assistência, cultura, esporte, lazer ou quaisquer outras.

Em 2017, a agenda municipal de prevenção de violência foi construída no município de Sobral, levando em consideração as orientações do Cada Vida Importa que afirma sobre o papel dos municípios no protagonismo da prevenção de violências. Diante disso, em outubro de 2017, fora instituída em Sobral a Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências (UGP-PV), cujo objetivo é ser uma estrutura de governança para garantir direitos a adolescentes e jovens que historicamente tiveram e ainda tem seus direitos violados e negados.

Para tal iniciativa, a UGP-PV conta com uma gerência de Educação Permanente cujo objetivo de ser uma referência municipal sobre violência, cidadania e cultura de paz, atuando por meio do compartilhamento acessível de conhecimentos sobre direitos

humanos, buscando combater a falta de informação sobre a temática, formar profissionais e prevenir violências.

Neste contexto de Políticas integradas, será utilizado o referencial pedagógico da Educação Permanente compreendido como processos descentralizados que buscam problematizar a prática de trabalho articulada com as necessidades de saúde da população alinhados à uma concepção de aprendizagem diferenciada, significativa e crítica sobretudo sob a perspectiva de uma dimensão educativa do trabalho e seu potencial transformador.

2.OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral:

Desenvolver um percurso de qualificação dos gestores, trabalhadores, conselheiros nos processos de trabalho da Secretaria de Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social.

2.2 Objetivos Específicos

- Proporcionar o alinhamento dos conceitos, objetivos, diretrizes das Políticas de Assistência Social, dos Direitos Humanos , da Prevenção da Violência e sua interface com a Política da Educação Permanente;
- Mapear a realidade para o reconhecimento das demandas do território vivo e sua execução conforme a práxis;
- Fomentar ideias crítico-reflexivas de forma permanente e sistemática visando o aprimoramento dos serviços;
- Estimular a construção de competências de gestores, trabalhadores e conselheiros;
- Sistematizar os percursos de aprendizagem significativa para a mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para agir, respondendo às demandas esperadas do cotidiano;
- Difundir saberes, práticas e tecnologias produzidos na SEDHAS no âmbito interinstitucional, intersetorial e territorial ;
- Avaliar os impactos na melhoria do acesso das usuárias e usuários na garantia dos seus direitos.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Em linhas gerais, o Plano Municipal de Educação Permanente da SEDHAS se propõe pensar um programa formativo que visa contemplar diretrizes e conhecimentos comuns as coordenadorias, ao controle social e os serviços voltados para qualificação, capacitação e o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa que leve em consideração as diretrizes que norteiam o SUAS, como também o conhecimento e a inteligência territorial advinda da relação entre profissionais e sujeitos atendidos pelas políticas de garantia de direitos da SEDHAS.

O outro viés é a estruturação de linhas de ações específicas para cada coordenadoria com conteúdos, discussões e produções que englobam os saberes e conhecimentos específicos atendendo às necessidades singulares de cada setor.

No que se refere às premissas básicas e transversais de atuação da SEDHAS o programa formativo segue pontos comuns, que são:

- A redução da desigualdade social através da garantia de direitos;
- O princípio da equidade como norteador de trabalho, e da priorização do acesso e do cuidado;
- A intersetorialidade como prática efetiva de atuação;
- O fortalecimento e o apoio aos grupos vulneráveis através das políticas de assistência social e direitos humanos;
- Qualificação profissional e capacitação técnica constante para efetivação dos programas e projetos instituídos;
- Valorização e reconhecimento dos conhecimentos e habilidades desenvolvidas e compartilhadas para um desempenho efetivo do trabalho.

Para que as premissas sejam atendidas, o programa formativo se estrutura com base na escuta qualificada dos sujeitos envolvidos na troca de conhecimentos, no fortalecimento de uma ideia de aprendizagem que ultrapasse os lugares instituídos como salas ou momentos de transmissão de saberes e no fortalecimento do trabalho identificando como a aprendizagem têm reverberado na atuação profissional, impactando positivamente os usuários das políticas de assistência da SEDHAS.

3.1. Linhas de Ação da Gestão:

Esta área é dividida em dois tipos de processos:

1) Processos técnico-operacionais: compreende as áreas relacionadas aos setores Executivo; Jurídico; Administrativo-Financeiro

2) Processos organizacionais baseados na responsabilidade social e cultural da Instituição alinhados com a missão, valores e visão de futuro da SEDHAS.

Neste último campo, já temos uma experiência de sucesso, premiada no campo das boas práticas do município: o Projeto SEDHAS Verde. Uma iniciativa de autorresponsabilização que contribui para uma convivência harmônica e sustentável com o meio ambiente através da sensibilização dos profissionais de todas as unidades da secretaria. Trabalhando temáticas voltadas para a importância da separação consciente dos resíduos sólidos, a SEDHAS realiza a coleta sistemática e o repasse destes resíduos para os Centros Municipais de Reciclagem.

O projeto SEDHAS verde tem consolidado dentro das práticas cotidianas um importante feito de conscientização sobre o impacto positivo na separação de resíduos e seu direcionamento correto. No que tange a estruturação dos processo de trabalho elaborou-se uma linha de ação voltada à disposições internas, gestão dos trabalhadores, organização dos fluxos dos processos, qualificação da comunicação, fortalecimento da articulação intersetorial e aprimoramento das ferramentas de gestão e dos processos formativos sob a perspectiva a valorização dos profissionais inseridos em um modelo de gestão democrático, construtivo e participativo.

3.1. Linha de Ação da Assistência Social:

A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS tem como dimensões estratégicas⁵:

- Considerar a escuta qualificada nos ambientes de trabalho para aperfeiçoamento dos processos de trabalho;
- Considerar o trabalho como espaço de aprendizado e de mudança do práxis através das dimensões pedagógicas e ético-política;
- Ressignificar o conceito de EP no trabalho para além de transmissão de saberes, para construção do saber, dos sentidos e significados das práticas.

Sob a perspectiva político pedagógica a PNEP/SUAS é fundamentada em cinco princípios como pilares norteadores:

1. **Centralidade** dos processos de trabalho e das práticas profissionais: Relacionadas à gestão participativa e ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais

2. **Interdisciplinaridade:** Objetiva qualificar trabalhadores que atuam no contexto das equipes multidisciplinares

3. **Aprendizagem significativa:** Desenvolvimento de novos conhecimentos, habilidades e atitudes a partir de experiências e saberes prévios do educando

4. **Historicidade:** Relaciona questões filosófico-científicas e ético-políticas aos princípios e fundamentos do ser social e do projeto social com questões de caráter técnico e operativo

5. **Desenvolvimento das capacidades e competências requeridas:** visando ao alcance dos objetivos, princípios e diretrizes do SUAS

Considerando os patamares formativos no processo de gestão do trabalho no SUAS, tomamos como ponto de partida as vivências nos territórios, além da adoção de novos espaços que permitam a potencialização e o aprimoramento. Ainda nesta perspectiva, apontamos a ampliação de capacitações de caráter introdutório para nivelamento, de atualização e de aperfeiçoamento. Nesses processos poderão ser adotadas metodologias formativas nas modalidades presencial, semipresencial e a distância.

Frente a dinamicidade da Política de Assistência Social, será necessário a utilização de mecanismos que permitam o aprimoramento dos fluxos de informação e dos processos de tomada de decisão, facilitando dessa forma o acesso dos usuários aos serviços e benefícios, bem como o fortalecimento dos espaços de deliberação, participação e controle social.

A Rede SUAS requer profissionais que extrapolem a utilização de recursos teóricos, metodológicos e tecnológicos, pois requer uma visão de totalidade acerca dos direitos socioassistenciais e das demandas por benefícios e serviços. Sendo assim, exige dos profissionais um profundo conhecimento das leis, diretrizes e políticas que regem o SUAS que são constantemente atualizados.

Neste sentido, as linhas de ações da assistência social preconizam não apenas a promoção de habilidades específicas, mas também a problematização dos pressupostos, dos contextos dos processos a serem trabalhados e das práticas profissionais existentes.

Portanto, o objetivo final é a busca e o desenvolvimento de autonomia e capacidade crítica para a construção de soluções compartilhadas, visando assim as intervenções necessárias dentro do contexto real das práticas profissionais e dos processos trabalhados.

Dentro das linhas de ação da Assistência Social, temos:

- Elaboração da Programação Anual conforme mapeamento das necessidades das áreas vinculadas: Gestão do SUAS (áreas vinculada: vigilância socioassistencial, segurança alimentar e nutricional, benefícios sociais e tecnologia da informação), Proteção Social Básica e Especial;
- Manutenção dos processos formativos existentes (ver mapeamento do território vivo);
- Articulação e/ou participação de programações de educação permanente promovidas pelos órgãos e instituições vinculadas.

3.2. Linha de Ação dos Direitos Humanos

A educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;

- fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Sendo a educação um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, cabe priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar no campo formal e não formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros.

Os objetivos do Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos são os seguintes:

- destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado democrático de direito;
- enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;
- encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas;
- contribuir para a efetivação dos compromissos locais com a educação em direitos humanos;
- estimular a cooperação interinstitucional e intersetorial na implementação de ações de educação em direitos humanos;
- propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);
- orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos;
- estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos;
- incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações municipais na perspectiva da educação em direitos humanos;

- incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos para pessoas com deficiência

Considerando este contexto, seguem as linhas gerais de ação:

3.2.1. Desenvolvimento normativo e institucional :

- Consolidar o aperfeiçoamento da legislação aplicável à educação em direitos humanos;
- Propor diretrizes normativas para a educação em direitos humanos;
- Apresentar aos órgãos de fomento à pesquisa e pós-graduação proposta de reconhecimento dos direitos humanos como área de conhecimento interdisciplinar, tendo, entre outras, a educação em direitos humanos como subárea;
- Propor a criação de unidades específicas e programas interinstitucionais para coordenar e desenvolver ações de educação em direitos humanos nos diversos órgãos da administração pública;

3.2.2. Produção de informação e conhecimento:

- Promover a produção e disseminação de dados e informações sobre educação em direitos humanos por diversos meios, de modo a sensibilizar a sociedade e garantir acessibilidade às pessoas com deficiências;
- Publicizar os mecanismos de proteção, nacionais e internacionais;
- Estimular a realização de estudos e pesquisas para subsidiar a educação em direitos humanos;
- Incentivar a sistematização e divulgação de práticas de educação em direitos humanos.

3.2.3. Realização de parcerias e intercâmbios:

- Incentivar a realização de eventos e debates sobre educação em direitos humanos;
- Apoiar e fortalecer ações de cooperação em educação em direitos humanos;
- Promover e fortalecer a cooperação e o intercâmbio de experiências sobre a elaboração, implementação e implantação de Planos de Educação em Direitos Humanos;
- Apoiar e fortalecer o Grupo de Trabalho em Educação e Cultura em Direitos Humanos;
- Promover o intercâmbio entre redes de direitos humanos e educação.

3.2.4. Produção e divulgação de materiais

- Fomentar a produção de publicações sobre educação em direitos humanos;
- Promover e apoiar a produção de recursos pedagógicos especializados e a aquisição de materiais e equipamentos para a educação em direitos humanos, em todos os níveis e modalidades da educação, acessíveis para pessoas com deficiência;
- Incluir a educação em direitos humanos em Livro Didático e outros programas de livro e leitura;
- Disponibilizar materiais de educação em direitos humanos em condições de acessibilidade e formatos adequados para as pessoas com deficiência, bem como promover o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em eventos ou divulgação em mídia.

3.2.5. Formação e capacitação de profissionais

- Promover a formação inicial e continuada dos profissionais, especialmente aqueles da área de educação e de educadores(as) sociais, em direitos humanos, contemplando as áreas do PNEDH;

- Oportunizar ações de ensino, pesquisa e extensão com foco na educação em direitos humanos, na formação inicial dos profissionais de educação e de outras áreas;

- Estabelecer diretrizes curriculares para a formação inicial e continuada de profissionais em educação em direitos humanos, nos vários níveis e modalidades de ensino;

- Incentivar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade na educação em direitos humanos;

- Inserir o tema dos direitos humanos como conteúdo curricular na formação de agentes sociais públicos e privados.

3.2.6. Gestão de programas e projetos

- Sugerir a criação de programas e projetos de educação em direitos humanos em parceria com diferentes órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, de modo a fortalecer o processo de implementação dos eixos temáticos do PMDH;

- Prever a inclusão, no orçamento do município, de dotação orçamentária e financeira específica para a implementação das ações de educação em direitos humanos;

- Captar recursos financeiros junto ao setor privado e agências de fomento, com vistas à implementação do PMEDH.

3.2.7. Avaliação e monitoramento

- Definir estratégias e mecanismos de avaliação e monitoramento da execução física e financeira dos programas, projetos e ações do PMEDH;

- Acompanhar, monitorar e avaliar os programas, projetos e ações de educação em direitos humanos, incluindo a execução orçamentária dos mesmos.
- Elaborar anualmente o relatório de implementação do PMEDH.

3.3. Linha de Ação de Prevenção de Violências:

A UGP-PV dispõe de uma Célula de Educação Permanente em sua estrutura que visa ser um espaço de formação municipal sobre violência, cidadania e cultura de paz, atuando por meio do compartilhamento acessível de conhecimentos sobre direitos humanos, buscando combater a falta de informação sobre a temática, formar profissionais e prevenir violências.

O programa de formação foi construído levando em consideração o fortalecimento interno e externo de temáticas voltadas para a garantia de direitos e como os direitos humanos e o combate a desigualdades são elementos basilares na construção de políticas sensíveis e contextualizadas levando em consideração memória, trajetória, contexto vulnerável e qualidade de acesso.

Dentro das linhas de ação de Prevenção de Violências, temos:

- Construção de um planejamento estratégico anual para direcionamento das ações de educação permanente que serão priorizadas;
- Programa de formação interno para qualificação e capacitação técnica dos profissionais da política de prevenção de violências;
- Programa de formação externa com servidores de outras políticas públicas de atuação no município e formações comunitárias;
- Apoio pedagógico formativo voltado aos gestores dos Comitês Territoriais, instância intersetorial de atuação na prevenção de violências na juventude;
 - Programa de formação de jovens comunicadores dentro dos territórios atendidos pela UGP-PV;
 - Projeto de projeção e continuidade com intuito de fomentar a disseminação de práticas e sistematização de conhecimentos construídos pela política de prevenção de violências e parceiros.

Todas levam em consideração a aprendizagem significativa, a escuta ativa dos participantes, que também são formadores; o desenvolvimento de competências técnicas, ético-políticas e sociais voltadas para à prevenção de violências e a interface dos conhecimentos técnicos, acadêmicos com a inteligência territorial advinda das vivências que atravessam os corpos das juventudes periféricas.

3.4. Linha de Ação do Controle Social:

O processo formativo dos conselhos municipais vinculados a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social visa contribuir com o empoderamento dos atores que acompanham a implementação das Políticas Públicas do município de Sobral e assim, fortalecer cada vez mais o controle social com a participação da sociedade na gestão pública.

A linha de ação vislumbra influenciar na capacidade de intervenção e representatividade dos conselheiros municipais da assistência social, dos direitos da criança e do adolescente, idosos, das pessoas com deficiência, mulheres, de igualdade racial, Políticas LGBTQIA+, Políticas da População em Situação de Rua, entre outros, corroborando com o controle social na garantia de acesso dos cidadãos às políticas públicas para o alcance da cidadania e da gestão democrática dos recursos, assegurando-lhes maior qualidade de vida.

Na estrutura organizacional da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social (SEDHAS), existem sete conselhos, que foram criados para acompanhar a implementação das políticas em diferentes níveis de proteção e ciclos de vida da população do município de Sobral. Estes, representam o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil:

- Conselho Municipal da Assistência Social
- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente(CMDCA)
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
- Conselho Municipal de Segurança Alimentar (CONSEA)
- Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
- Conselho Municipal de Direitos Humanos

Além destes, existem ainda os Conselhos Tutelares I e II, da Criança e do Adolescente do município de Sobral, são órgãos permanentes e autônomos, encarregados pela sociedade de zelar pelos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, assegurados na Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990(Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Constituição Federal, tendo a sua organização e funcionamento disciplinados na forma desta lei.

Consideramos uma importante etapa do Plano de Educação Permanente (PEP), que visa respeitar a ampla participação dos sujeitos e que permitirá conhecer o perfil dos agentes que atuam no controle social, na gestão do SUAS e no provimento de serviços e benefícios socioassistenciais no município.

Para a definição das temáticas pertinentes a atuação dos conselheiros foi realizado um levantamento através do formulário do Google Forms visando elencar as necessidades de aprendizagem envolvidas e a construção do documento norteador em Educação Permanente do Controle Social.

Deste modo, as linhas de ação serão pautadas para a definição do quadro de competências e habilidades do conselheiro do seguimento do Poder Executivo e da Sociedade Civil, orientando a construção do percurso formativo e das estratégias pedagógicas voltadas à qualificação do seu processo de trabalho e fortalecimento das políticas públicas.

3.5. Linha de Ação de Educação e Mídia:

A Coordenadoria de Comunicação, além de realizar o processo de comunicação institucional da SEDHAS em seus múltiplos aspectos, vai trabalhar também processos educativos em comunicação e mídia, em articulação com a Célula de Formação Continuada e com a Célula de Comunicação Criativa, Colaborativa e Cidadã, da UGPPV.

Na construção do planejamento das ações em conjunto com os servidores que representam cada política, será detalhado o processo de trabalho, levando em conta as diretrizes da gestão municipal e marcos regulatórios das políticas.

Neste processo, é importante:

3.5.1. Definir com as coordenadorias, gerências e unidades quais informações que necessitam comunicar para os seus territórios de atuação, por meio da realização de um encontro anual que reúna servidores da Comunicação e Formação, com gestor do SUAS, gerente de Articulação dos Direitos Humanos e gerente da Comunicação Criativa, Colaborativa e Cidadã/UGPPV, com o objetivo de definir o que o foco da comunicação de conteúdos educativos sobre as respectivas pautas - Assistência Social, Direitos Humanos e Prevenção de Violências, nas redes sociais da Sedhas e nos meios de comunicação - rádio, TV e blogues;

3.5.2. Definir com os operadores de comunicação de cada uma das coordenadorias/gerências/unidades um calendário de formações contemple as necessidades técnicas de cada equipe. O processo formativo terá como base os conceitos de educação popular e comunicação comunitária, com o objetivo de capacitar os servidores para a produção de conteúdos para os territórios, tornando assim cada unidade um espaço de comunicação de suas ações;

3.5.3. Realizar um encontro anual de apresentação e de produção de conhecimentos sobre as ações realizadas pela Sedhas, com objetivo de apresentar artigos, relatos de experiências e outros, tanto produzidos pelos servidores, quanto com possibilidade de abertura de inscrições para acadêmicos de cursos correlatos às políticas municipais coordenadas pela Sedhas;

3.5.4. Propor eventos específicos para atingir outros objetivos da comunicação da Sedhas, tais como o alcance à comunidade que não tem acesso às redes sociais, gestores públicos dos territórios, associações e organizações da sociedade civil, com o objetivo de divulgar os benefícios, programas e projetos, formas de acesso, dentre outros.

3.5.5. Organizar canais informativos de comunicação interna, que contemplem o conhecimento das ações entre os próprios servidores e a formação da cultura de valores da instituição

4. ANÁLISE SITUACIONAL

O Plano Municipal de Educação Permanente tem como participantes predominantes os trabalhadores do SUAS Sobral. Nesta análise, foram considerados os aspectos relacionados ao perfil ocupacional dos (as) profissionais da SEDHAS, como local de trabalho, cargo, função no SUAS, escolaridade, entre outros.

Portanto, para dimensionar o planejamento, monitoramento e avaliação é necessário que se conheça o perfil desses trabalhadores. Para isso, tomou-se como base os dados de Recursos Humanos da Coordenadoria Administrativa e Financeira, através da Célula de Recursos Humanos e Patrimônio da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social (SEDHAS), a fim de que se perceba as possibilidades e desafios para a execução deste Plano.

A tabela 1, a seguir, mostra o perfil dos trabalhadores da SEDHAS, segundo o tipo de vínculo empregatício e o nível de escolaridade:

Tabela 1 – Perfil dos Trabalhadores da SEDHAS

Tipo de Vínculo	Escolaridade			Total	%
	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Ens. Superior		
Cargo Eletivo		3	9	12	4,89
Cargo Comissionado	2	7	46	55	22,45
Efetivo			30	30 ^(*)	12,24
Selecionista/Contrato		41	107	148	60,41
Total Geral	2	51	192	245	100

Fonte: Célula de Recursos Humanos e Patrimônio da SEDHAS

(*) servidores efetivos que ocupam Cargo Comissionado

De acordo com a tabela 1 cumpre ressaltar que os trabalhadores seletistas, contratados através de processo de seleção simplificada por tempo determinado para desenvolver serviços socioassistenciais complementam a maior parte do quadro funcional da Secretaria, representando 60,41% dos trabalhadores. Enquanto que 34,69% dos trabalhadores estão vinculados diretamente à Prefeitura. Destes, 22,45% ocupam cargos comissionados; e, 12,24% são do quadro efetivo. Ademais, 4,89% ocupam cargo eletivo, eleitos pelo voto direto da comunidade (Conselho Tutelar).

Tabela 2 – Perfil dos Trabalhadores de nível superior por graduação

Área de Formação	Total
Administrador	2
Advogado	3
Analista de Sistemas	1
Assistente Social	34
Contador	2
Educador Físico	4
Enfermeira	2
Geógrafo	1
Jornalista	1
Pedagogo	10
Psicólogo	10
Tecnólogos de Alimentos	1
Outros	54
Total geral	124

Fonte: Célula de Recursos Humanos e Patrimônio da SEDHAS

A tabela 2 mostra o quantitativo de profissionais de nível superior da SEDHAS, distribuídos por área de formação.

Dentre os trabalhadores de nível superior, o maior quantitativo é o de assistentes sociais (27,41%), seguido dos psicólogos e pedagogos (8,06%). Outrossim, 43,54% não constava a identificação na ficha de cadastro do servidor referente à graduação do trabalhador. Desta forma, pode-se concluir que o investimento no que se refere a recursos humanos tem sido destinado ao atendimento aos municípios por meio de uma equipe multidisciplinar.

Tabela 3 – Local de trabalho, segundo nível de escolaridade

GESTÃO DA SEDHAS						
Setor de lotação	Unidade	Total	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Gabinete	Secretária	5			1	
	Secretária Executiva				1	
	Assessoria Institucional				1	
	Assessoria de Comunicação				1	
	Assessoria Técnica				1	
Coordenadoria Jurídica	Coordenador	1			1	
Coordenadoria Administrativo e Financeiro	Coordenador	8			1	
	Célula de licitações e contratos/ Núcleo				2	
	Célula de Orçamento e Finanças/ Núcleo				1	2
	Célula de Recursos Humanos e Patrimônio				1	1

Coordenadoria da Assistência Social	Coordenador/Assessor	177			2
	Célula de Proteção Básica - Gerência/Núcleo				2
	CRAS Aracatiaçu			3	7
	CRAS Dom José			4	9
	CRAS Irmã Oswalda			2	10
	CRAS Jaibaras			4	6
	CRAS Mimi Marinho			4	4
	CRAS Regina Justa			4	10
	Célula de Proteção Especial - Gerência/Núcleo				2
	CREAS			2	9
	Centro POP			2	7
	Abrigo São Francisco		1	4	2
	Acolhimento Adulto			3	4
	Acolhimento Infantil			6	4
	Abrigo domiciliar				2
	Célula de Benefícios Sociais - Gerência/Núcleo			1	1
	Casa do Cidadão/Cadastro Único			21	21

	Célula de Gestão do SUAS - Gerência/Núcleos				2
	Célula de Articulação de Programas e Projetos - Gerência/Núcleo/Programas			1	9
	Célula de Sistemas Operacionais - Gerência/núcleo			1	1
Coordenadoria de Articulação Intersetorial	Coordenador	2			1
	Célula de Formação Continuada				1
Coordenadoria de Programas e Projetos	Coordenador	1			1
Coordenadoria dos Direitos Humanos	Coordenador	4			1
	Célula de Articulação/Núcleo				3
Coordenadoria de Informação e Formação para Prevenção de Violência	Coordenador	2			
	Célula de Gestão da Sala Intersetorial de Informações Estratégicas e Laboratório Sobre Violência,			1	

	Cidadania e Cultura da Paz				
	Célula de Educação Permanente				
	Célula de Estudos Das Mortes Violentas				
	Célula de Acompanhamento das Investigações e Processos de Homicídios			1	
Coordenadoria de Gestão e Ações Territoriais	Coordenador	16			1
	Célula de Gestão de Comitês Territoriais				1
	Célula de Gestão dos Círculos de Diálogos comunitários e do Programa Articulador de Juventude			1	
	Facilitador e Articulador da Juventude			10	2
	Célula de Comunicação Colaborativa, Criativa e Cidadã				

Conselho Tutelar I e II	I e II mais apoio administrativo	12		7	5
Total		228	1	84	143

Fonte: Núcleo de Recursos Humanos da SEDHAS

Na tabela 03 acima, observa-se que a maior concentração de profissionais estão lotados na Coordenadoria de Assistência Social, com 77, 63% dos trabalhadores; destes 79, 72% são de nível superior. Dos serviços inerentes à coordenadoria da Assistência Social destaca-se sequencialmente, a Célula de Benefícios Sociais com 24,85% de profissionais em exercício na referida célula em detrimento o contingente geral. Seguidamente, predomina com maior percentual de trabalhadores da SEDHAS, as Coordenadorias que compõem a Unidade de Prevenção de Violências(UGP), com 7,89%. Há também coordenadorias que representam apenas 0,43% dos trabalhadores.

Entende-se assim, que a Política de Assistência Social tem exigido muito mais do que apenas a garantia de força de trabalho, mas, sobretudo a sua qualificação. A formação continuada é um dos instrumentos que embasa a valorização dos servidores que precisa ser trabalhada de forma participativa, a fim de aguçar o sentimento de pertencimento nos trabalhadores.

Aliado a isso, são importantes os investimentos em concurso público, oferta de adequadas condições de trabalho (segurança, instrumentais, estrutura física e de equipamento) e de salários apreciados. Entretanto, é fato que, a partir do formato de gestão adotado pela SEDHAS nos diversos níveis de complexidade e serviços, percebe-se necessário o fomento da “área meio”, ou seja, investimentos no desenvolvimento e fortalecimento da gestão, considerando o volume processual e as exigências de monitoramento, avaliação e controle das pactuações realizadas.

Nessa mesma linha, a Assistência Social enquanto política pública não pode caminhar despreendida da vigilância socioassistencial. Desta feita, a SEDHAS necessita avançar de forma relevante na implementação da Vigilância Socioassistencial, que tem, dentre os seus pressupostos definidos pela NOB-SUAS, o fundamental papel de construir diagnósticos e indicadores, trabalhando dados e sistemas com vistas a promover a integração dos serviços e a condução na construção das ações, metas,

indicadores e resultados, essenciais a condução do trabalho desenvolvido pela Secretaria.

Do ponto de vista do controle social podemos evidenciar os conselhos legalizados vinculados à SEDHAS, conforme tabela abaixo:

Tabela 4 – Quadro dos Conselhos Municipais vinculados a SEDHAS

Nome	Lei de Criação	Quantidade por Seguimento		Total
		Governo	Sociedade Civil	
Conselho Municipal da Assistência Social	062/1996	7	7	14
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes	239/1999	5	5	10
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	968/2009	6	6	12
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	1751/2018	6	6	12
Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social	1721/2018	3	3	6
Conselho Municipal dos Direitos Humanos	1903/2019	6	6	12

Conselho Municipal de Segurança Alimentar (CONSEA)	426/2003	5	10	15
---	----------	---	----	----

Fonte: Núcleo de Recursos Humanos da SEDHAS

A tabela 4 apresenta a configuração atual de participação dos conselheiros e sua representação por seguimento do governo e da sociedade civil, bem como a Lei de Criação e ano de implantação. Observamos que apenas o Conselho Municipal de Segurança Alimentar não apresenta paridade.

A proposta ora apresentada, pretende fomentar direta e indiretamente na ação legítima dos atores sociais envolvidos nos espaços do controle social, o que depende da capacidade técnica destes no exercício do controle público e capacidade política enquanto órgãos de efetiva representação da sociedade, o que demanda continuamente uma intervenção precedida por conhecimento da atribuição, diante do controle social.

5.PERCURSO PEDAGÓGICO

5.1. Teorias Pedagógicas

Os pressupostos teórico-metodológicos que ancoram as ações pedagógicas da SEDHAS alinham-se aos objetivos deste plano e fundamentam-se nas seguintes teorias de aprendizagem: Teoria da Pedagogia Diferenciada, relacionada às práticas educacionais e aos dispositivos pedagógicos e didáticos, baseados nos termos competências e habilidades; Teoria de Aprendizagem Significativa, com destaque para o saber prévio que o aprendente traz consigo a partir de sua história, cultura, valores; e, a Teoria da Pedagogia Crítica, que emerge do desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo para a construção e transformação social. Tais teorias estão descritas a seguir:

5.1.1. Teoria da Pedagogia Diferenciada

Destaca a mudança do paradigma de uma mudança progressiva da pedagogia individualizada para uma organização de percursos diferenciados de formação, respeitando a individualização das trajetórias de formação. De autoria do sociólogo suíço Philippe Perrenoud, esta teoria oferece uma proposta que considere e atenda as necessidades de cada um, reservando mais atenção a quem dela mais precisa. Considera a indiferença às diferenças, à desigualdade, o cuidado à lógica da reprodução do sistema, personalização de percursos, requer uma intuição associada à transferência na intenção, na capacidade de encontrar, de selecionar, de integrar os recursos cognitivos, ou seja, o saber-mobilizar competências. Este processo ocorre na inter-relação de conhecimentos e de experiências, na indução de uma relação construtiva, contextual, epistemológica, pragmática e não diferente aos saberes, na instalação de uma relação de diálogo sobre o saber e a aprendizagem, tendo o diálogo como um dispositivo indispensável para a prática de uma pedagogia diferenciada¹.

5.1.2. Teoria de Aprendizagem Significativa

A teoria proposta pelo psicólogo David Ausubel, parte do pressuposto de que o aluno já possui conhecimentos prévios, e isso deve ser considerado no processo de aprendizagem, inclusive em sua totalidade social/cultural e em suas manifestações corporais, afetivas e cognitivas. Nesta teoria, o mais importante é o que o aprendiz previamente sabe. Valoriza-se o processo do pensar, raciocinar, tomar decisões para a construção do conhecimento significativo e da aprendizagem por descoberta com a participação ativa do estudante. Os conceitos propostos pelo pesquisador, aproximam-se de outras teorias do século XX, como a Teoria do desenvolvimento Cognitivo, de Jean Piaget e a Sociointeracionista de Lev Vygotsky². Propõe-se metodologias em espirais onde as temáticas são trabalhadas em diferentes momentos, contextos e complexidades. Tem como proposta seis princípios cognitivos de aprendizagem de adultos²:

1. Disponibilidade de conhecimentos prévios
2. Ativação dos conhecimentos prévios
3. Estruturação dos conhecimentos da memória
4. Elaboração de novas informações
5. Dependência contextual
6. Motivação para a aprendizagem(intrínseca e extrínseca)

5.1.3. Pedagogia Crítica

A pedagogia crítica, tem no Brasil como seu principal difusor o educador Paulo Freire. Baseia-se no diálogo e na problematização para o desenvolvimento consciente da relação dos sujeitos com o mundo e consigo próprio, possibilitando novos caminhos, possibilidades e transformação social³. Pautada-se na capacitação de estudantes e professores a desenvolverem uma compreensão crítica consciente de sua relação com o mundo. Essa pedagogia ao desenvolver a conscientização do sujeito auxilia educadores e educandos a se tornarem mais conscientes do seu contexto e de sua condição enquanto ser humano³.

Propicia educadores e educandos a tornarem-se sujeitos questionadores e reflexivos na busca da garantia de direitos, por uma sociedade mais justa e democrática³.

Através de sua metodologia dialógica, Freire idealiza a educação popular como pedagogia da libertação, com a qual este plano alinha-se, e realiza as primeiras iniciativas de conscientização política do povo em nome da emancipação social, cultural e política das classes menos favorecidas

5.2. Trilhas de Aprendizagem

Considerando as dimensões e os princípios da PNEP/SUAS; o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; as Diretrizes de Prevenção à Violência; serão organizadas trilhas de aprendizagem para as ações de formação e capacitação da SEDHAS visando a construção do trajeto para o desenvolvimento das competências profissionais próprias, bem como as relacionadas à Instituição.

“ As trilhas de aprendizagem representam o estabelecimento de uma rota de navegação. Pois se entende que como navegadores que têm em suas mãos as cartas geográficas, bússola e informações meteorológicas, cada profissional tem um mapa de oportunidade disponíveis para que se escolha qual caminho seguir e aonde quer chegar”

Na Gestão da SEDHAS, visando o aprimoramento e alinhamento entre as diversas coordenadorias e áreas afins, entende-se como crucial os conhecimentos basilares para atuar em uma política de garantias de direitos e combate às desigualdades,

além do aprimoramento de conhecimentos de gestão pública, gestão de pessoas, desenvolvimento e valorização profissional, orçamento público, Ferramentas de Gestão, entre outros.

No campo da Assistência Social, intentando o aprimoramento de qualificação da gestão, serviços e controle social, a PNEP/SUAS propõe que as ações de capacitação e formação sejam organizadas em três percursos formativos:

- Gestão do SUAS
- Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais
- Controle social

Na seara dos Direitos Humanos, são preconizados os seguintes eixos e diretrizes:

I - Eixo Orientador I: Interação democrática entre Estado e sociedade civil:

Diretriz 1: Interação democrática entre Estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa; Diretriz 2: Fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática; e Diretriz 3: Integração e ampliação dos sistemas de informações em Direitos Humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação;

II - Eixo Orientador II: Desenvolvimento e Direitos Humanos:

Diretriz 4: Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório;

Diretriz 5: Valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento; e Diretriz 6: Promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos.

III - Eixo Orientador III: Universalizar direitos em um contexto de desigualdades:

Diretriz 7: Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena;

Diretriz 8: Promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação; Veja também: Dados da Norma; Diretriz 9: Combate às desigualdades estruturais; Diretriz 10: Garantia da igualdade na diversidade.

IV - Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência:

Diretriz 11: Democratização e modernização do sistema de segurança pública; Diretriz 12: Transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal; Diretriz 13: Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos; Diretriz 14: Combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária; Diretriz 15: Garantia dos direitos das vítimas de crimes e de proteção das pessoas ameaçadas; Diretriz 16: Modernização da política de execução penal, priorizando a aplicação de penas e medidas alternativas à privação de liberdade e melhoria do sistema penitenciário; Diretriz 17: Promoção de sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa de direitos

V - Eixo Orientador V: Educação e Cultura em Direitos Humanos:

Diretriz 18: Efetivação das diretrizes e dos princípios da política nacional de educação em Direitos Humanos para fortalecer uma cultura de direitos; Diretriz 19: Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras; Diretriz 20: Reconhecimento da educação não formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos; Diretriz 21: Promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público; Diretriz 22: Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos;

VI - Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade:

Diretriz 23: Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado; Diretriz 24: Preservação da memória histórica e construção pública da verdade; e Diretriz 25: Modernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia.

Na área da Prevenção de Violências alinhar-se-á com tais percursos:

- Direitos Humanos e prevenção de violências
- Trabalho intersetorial e conhecimento da rede socioassistencial

- Juventudes e acesso, afirmação e garantia de direitos
- Elementos fundamentadores do ciclo da política pública
- Aprimoramento e desenvolvimento de competências técnicas e ferramentas de gestão

No controle social, o percurso formativo propõe que as ações de capacitação e formação sejam organizadas nos seguintes modos:

- 1) Legislações, Políticas, Normativas
- 2) Atribuições e papéis
- 3) Redesocioassistencial, processos e fluxos

Sob a ótica de Educação e Mídia, o percurso formativo contemplará:

- O processo técnico de aprimoramento dos conteúdos informativos para os servidores que atuam nas unidades;
- A comunicação interna como ferramenta de aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho;
- Conteúdos educativos sobre comunicação e SUAS;
- Comunicação para a educação em direitos humanos; Comunicação para a prevenção da violência.

5.3. Modalidades de Formação e Ferramentas de Aprendizagem:

Considerando este contexto teórico-metodológico para o processo de educação como fonte de aprendizagem, busca-se problematizar as condições de trabalho e as práticas profissionais para desenvolver a crítica dos trabalhadores e do controle social para a construção dos saberes de forma compartilhada com vistas às mudanças necessárias à prática profissional e, deste modo, convergir para a elaboração coletiva das Linhas de Proteção da SEDHAS em interface com a Rede Socioassistencial.

Assim, foram previstas três modalidades de formação: presencial, virtual ou híbrido, a oferta e realização das ações de educação em cidadania, que serão concedidas através de :

-Formação: Destinada à gestores, trabalhadores e conselheiros com a finalidade de desenvolver competências necessárias ao desenvolvimento de suas atividades e serviços;

-Capacitação: Tem como finalidade atualizar gestores, colaboradores e conselheiros para o desenvolvimento de funções coletivas ou específicas;

-Matriciamento: Caracteriza-se como qualificação em serviço, priorizando tempo para reflexão e estudo coletivo acerca da práxis profissional, articulação institucional e intersetorial. Tem por finalidade apoiar e acompanhar as equipes para novas alternativas de intervenção. Pode ser destinado à colaboradores e conselheiros.

Produção de saberes As metodologias ativas serão utilizadas no processo de ensino aprendizagem como ferramentas para o alcance dos objetivos elencados. Destarte, serão considerados alguns formatos de eventos científicos como estratégias educacionais, como: Seminário/Webinário: Encontro didático que acontece através de apresentação oral seguida de discussão ou debate, conduzida por especialista na área;

- Mesa redonda: Evento que visa promover o debate e levantar questionamentos acerca de um tema, intermediado por um moderador;

- Fórum: Encontro com propósito de engajamento para resolver problemas. Favorece o debate entre os pares e a partilha de experiências. Não é obrigatório a presença de especialista ou autoridade nos temas;

- Oficinas/ Workshop: Trabalhos grupais/círculos de diálogos, relações dinâmicas entre reflexão teórico-prática;

- Ciranda Formativa: Série de encontros com especialistas em determinada área.

6.CARTOGRAFIA

A Cartografia é um método formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari(1995; 2011) que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. É um dos princípios que regem o paradigma de rede rizomática, que pode ser mapeada em seu devir. Isto quer dizer que o processo de conhecer, agir e habitar um território existencial viabiliza conexões, gerando ramificações.

Neste sentido o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, tendo múltiplas entradas, através das quais, a rede pode ser acessada para produzir novas performances. Neste sentido, cartografar exige habitar um território e se implicar com

ele, por isso é preciso um processo de aprendizado, entendido como experiência que se realiza no engajamento. Tal aprendizado deve ser construído no próprio processo em movimento de transformação qualitativa.

O deslocamento teórico-metodológico da cartografia para a educação permanente, considera as possibilidades de mapearmos as expressões da dimensão pedagógica dos processos de trabalho na rede sócioassistencial, de promoção da inclusão e da equidade, a partir da proteção social, da defesa dos direitos humanos e da prevenção da violência.

Para tanto, partimos dos representantes das coordenadorias que constituem o Grupo de Trabalho da Educação Permanente na Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social. Considerando a diversidade dos contextos territoriais e institucionais, nos quais estes cartógrafos estão imersos, buscamos mapear os processos da práxis profissional, os desafios das necessidades sociais demandadas pelos usuários, identificando as necessidades de aprendizagem e as conexões e espaços de aprendizados construídos nas relações com as equipes, pares, gestores, conselheiros e usuários.

Desta forma, é no movimento de acompanhamento dos processos do cotidiano dos territórios e espaços de atuação que tecemos as redes e ampliamos nossas conexões para intercâmbio e construção coletiva de saberes, habilidades e atitudes que devem ser mobilizados nas performances e competências necessárias à transformação da realidade.

6.1. Mapeamento do Território Vivo e Necessidades de aprendizagem

Com base na escuta prévia dos trabalhadores e no acompanhamento dos processos de trabalho, propomos um roteiro síntese do mapeamento dos territórios/instituições elaborados pelos cartógrafos(representantes no grupo de trabalho de cada setor) com as equipes, conforme os quadros abaixo:

6.1.1.Mapeamento do Território Vivo e Necessidades da Gestão

- Formação de lideranças e desenvolvimento de equipes
- SEDHAS verde - coleta de resíduos/aproveitamento da água cinza (permacultura)
- Formação em círculos de diálogos comunitários e Justiça Restaurativa

-Formação sobre cuidado corporal - ginástica laboral como espaço de aprendizado sobre saúde da mente e do corpo

-Conforto sonoro - trabalhar com música - Rádio SEDHAS

-Racismo estrutural e institucional

-Gêneros e desigualdades

-Comunicação não violenta - melhoria dos processos de trabalho e potencialização da comunicação afetiva com os usuários

-Comunicação institucional - Fortalecimento de uma comunicação afetiva, não violenta e assertiva com os grupos de trabalho. Fortalecimento de diálogo da intergestão.

6.1.1.Mapeamento do Território Vivo e Necessidades da Assistência Social.

No âmbito da Assistência Social apontamos as necessidades dos territórios e das equipes da Gestão do SUAS, da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, com as temáticas centrais e os subtemas.

Quadro 01 - Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho da Gestão do SUAS

ÁREA: GESTÃO DO SUAS/CADASTRO ÚNICO		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos serviços desenvolvidos	ações e existentes ou Processos de Educação Permnente Atuais
GESTÃO DO SUAS • Gerência	Ação 1: Orientações para elaboração dos Instrumentos de Gestão (Planos, Relatórios de Gestão, Programação anual, Demonstrativos físico financeiro, entre outros).	Oficina com os gerentes de Célula (carga horária de acordo com a demanda)
	Ação 2: Orientações sobre o preenchimento do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) e Estatísticos.	Encontro de Orientação dos Instrumentais de Coleta de Informações (quando necessário)

<ul style="list-style-type: none"> • Vigilância socioassistencial • Segurança Alimentar e Nutricional 	<p>Ação 3: Oficina de Análise dos Resultados dos Indicadores do SUAS.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Encontro com os gestores de equipamentos (não ocorrido) • Encontros com o gestor de unidade e equipe (não ocorridos)
	<p>Ação 4: Oficina de Boas Práticas de Manipulação. Público alvo: manipulador de alimentos e auxiliar.</p>	<p>Oficina – carga horária total: 20h (encontros semanais)</p>
	<p>Ação 5: Supervisão técnica para assegurar o cumprimento das normas de boas práticas de manipulação.</p>	<p>Visita técnica de identificação e cumprimento das normas de boas práticas de manipulação (13 equipamentos monitorados ao mês)</p>
	<p>Ação 6: Controle de Qualidade</p>	<p>Visita in loco para verificação da qualidade dos alimentos e acondicionamento, com a participação do manipulador, auxiliar e coordenador do equipamento. Na ocasião são repassadas orientações técnicas conforme necessidade.</p>

Quadro 2: Mapeamento de Educação Permanente da Gestão do SUAS

AREA: GESTÃO DO SUAS/CADASTRO ÚNICO		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Necessidades de Aprendizagem
Todas	A ser desenvolvido	GESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS GESTORES DAS UNIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Gestão Social e Políticas Públicas, Tecnologias em Gestão Pública, Gestão de Pessoas para resultados. Modelo de Gestão de Desempenho. Pensamento estratégico e inovador. Aprimoramento da gestão social.
Todas	A ser desenvolvido	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA REDESUAS: Conhecendo a RedeSUAS. Indicadores de processo, resultados e de impacto.

		Mensuração de resultados qualitativos. Os sistemas de informações. Análise de dados. Construção de linha de base para resultados. Georeferenciamento.. Os sistemas de informações. Análise de dados. Construção de linha de base para resultados. Georeferenciamento.
Todas	A ser desenvolvido	DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL, ESTUDOS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO Elaboração e análise de dados primários. Análise de Dados Secundários. Planejamento territorial. Matriz FOFA, entre outras. A pesquisa social na formulação e avaliação de políticas públicas
Todas	A ser desenvolvido	GERENCIAMENTO E CONSULTA DE SISTEMAS INFORMACIONAIS: Vigilância sobre os riscos e vulnerabilidades das famílias no território. Vigilância sobre ofertas socioassistenciais e oportunidades no território: CadSUAS, Censo SUAS, SUAS web, entre outros. Vigilância sobre aspectos de desenvolvimento social no território: Relatório de Informações sociais e sistemas setoriais (Datusus, Atlas do Desenvolvimento Humanos, entre outros)
Todas	A ser desenvolvido	POLÍTICAS ATUAIS DE INCENTIVO A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN): Política Nacional. Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). Quadro conceitual e evolução da segurança alimentar e nutricional.
Todas	A ser desenvolvido	SISTEMAS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ALIMENTOS: Gestão da Qualidade e Segurança dos Alimentos.
Cadastro Único	A ser desenvolvido	OS TEMAS SÃO DISPONIBILIZADOS PELO ESTADO, PELO MINISTÉRIO DA CIDADANIA E/OU CAIXA. *No âmbito municipal: Atendimento ao público e digitação.

Quadro 03 - Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho do CRAS Aracatiaçu

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/ CRAS Aracatiaçu

Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos de Educação Permanente Atuais
Centro de Referência da Assistência Social CRAS ARACATIAÇU	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	<p>Roda de Conversa na unidade. periodicidade: semanalmente (às sextas-feiras) Carga horária: 45 minutos</p> <p>Encontro de planejamento para formação PAIF periodicidade: mensalmente(1ª sexta-feira do mês). carga horária: 2h</p> <p>Encontro de formação PAIF. Periodicidade: mensalmente(3ª sexta-feira do mês).</p> <p>Atendimentos socioassistenciais Agenda padrão(de segunda à sexta, nos turnos manhã e tarde).</p> <p>Visitas domiciliares. periodicidade: agenda padrão(às quintas-feiras).</p> <p>Encontros com famílias do PAIF(coletivo) Periodicidade: mensalmente/carga horária: 2h</p>
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	<p>Encontros de Formação e Planejamento do mês. periodicidade: mensal/ carga horária: 4h</p> <p>Encontros para planejamento da Formação dos orientadores sociais Carga horária: 04h Periodicidade: mensal</p> <p>Encontro no território de planejamento e monitoramento/avaliação das atividades periodicidade: semanalmente(às quartas-feiras). carga horária: manhã e tarde</p>
	Programa Crescer Bem	<p>Encontros de Formação e Planejamento Periodicidade: semanal/carga horária: 4h</p>
	Programa Mais Infância Ceará	

		Formação da Metodologia ACT Periodicidade: semanalmente/carga horária: 4h
	Programa Criança Feliz	Encontros de Formação Periodicidade: mensalmente Encontro de planejamento, monitoramento/avaliação das atividades. Periodicidade: semanalmente(às terças-feiras) carga horária: 8h(manhã e tarde).

Quadro 4: Mapeamento de Educação Permanente do CRAS Aracatiáçu

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS Aracatiáçu		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Necessidades de Aprendizagem
CRAS ARACATIÁÇU	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV ACT OCUPA CRAS PCF CMIC PCB PAIF SEDHAS VERDE(EDUCAÇÃO AMBIENTAL)	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso e uso de sistemas (prontuário SUAS, SIGE, CMIC, PCF,PCF,etc); • BPC LOAS e benefícios previdenciários; • Sistema Meu INSS; • Trabalho social com comunidades tradicionais; • MSE e o trabalho social com adolescentes regressos de MSE dentro da PSB; • Benefícios Eventuais(legislação e outros).

Quadro 5- Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho do CRAS Dom José

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS Dom José		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos de E.P. atuais

Centro de Referência da Assistência Social CRAS DOM JOSÉ	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	<p>Roda Técnica com toda equipe presente na Unidade /Agenda da Semana Carga horária: 30 minutos Periodicidade: semanal, às segunda-feiras.</p> <p>Planejamento mensal das atividades do CRAS (toda equipe) Carga horária: 04h Periodicidade: mensal, 4 quinta-feira do mês</p> <p>Encontro dos técnicos para planejamento da formação do PAIF Carga horária: 02h Periodicidade: mensal, 1ª sexta-feira do mês</p> <p>Formação mensal para técnicos do PAIF Carga horária: 04h Periodicidade: mensal, 3ª sexta-feira do mês</p> <p>Encontro para Estudo de Caso - interno/externo: Carga horária: 02h Periodicidade: Dependem da demanda</p> <p>Encontro para Estudo de Caso - interno/externo: Carga horária: 02h Periodicidade: Dependem da demanda</p>
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	<p>Planejamento da equipe do SCFV para execução das atividades semanais no CRAS Carga horária: 04h Periodicidade: semanal, às sextas-feiras</p> <p>Encontros para planejamento da formação dos orientadores sociais Carga horária: 04h Periodicidade: mensal</p> <p>Formação dos orientadores sociais do SCFV e educadores sociais do OCUPA CRAS Carga horária: 04h Periodicidade: mensal</p>
	Programa Crescer Bem	<p>Encontros das facilitadoras para planejamento das ações Carga horária: 04h Periodicidade: semanal, às sextas-feiras</p> <p>Encontro com famílias para aplicação da Metodologia ACT Carga horária: 04h Periodicidade: semanal, às terça-feiras</p>

	Programa Mais Infância Ceará	Encontro com famílias para aplicação da Metodologia ACT Carga horária: 04h Periodicidade: semanal, às terça-feiras
	Programa Criança Feliz	Encontro de planejamento semanal para execução das atividades com as famílias e ações no CRAS Carga horária: 04h Periodicidade: semanal, às quinta-feiras Formação Mensal das visitadoras sociais Carga horária: 4h periodicidade: mensal

Quadro 6: Mapeamento de Educação Permanente do CRAS Dom José

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS DOM JOSÉ		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos a serem desenvolvidos (Temas)
CRAS DOM JOSÉ	Cultura de Paz Diversidade Cultural Cidadania e Políticas Públicas ACT - Programa educando crianças em ambientes seguros	<ul style="list-style-type: none"> ● Acompanhamento no CRAS dos beneficiários BPC e suas famílias; ● Atendimento às pessoas com deficiência no SUAS ● O uso do Meu INSS ● Instrumentalização aos sistemas de acompanhamento familiar que demandem alimentação: SIGE, Prontuário SUAS físico e eletrônico ● Para quem cuida se sentir cuidado ● O trabalho social com famílias em comunidades com conflitos territoriais ● Atendimento às Famílias Ciganas na Proteção Social Básica ● A ludicidade como prática do fazer profissional no trabalho com crianças acompanhadas pelos serviços do CRAS

Quadro 7- Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho do CRAS Iemã Oswalda

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS IRMÃ OSWALDA		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos de E.P. atuais
Centro de Referência da Assistência Social CRAS IRMÃ OSWALDA	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	<ul style="list-style-type: none"> ● Roda de Conversa na unidade (periodicidade: ...) ● Grupo de Estudo (periodicidade: ...) ● Estudo de Caso (periodicidade: ...) ● AGENDA PADRÃO ● ENCONTRO PAIF ● PLANEJAMENTO(DIA DE ESTUDO)
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	● Encontros de Formação e Planejamento(carga horária e periodicidade?)
	Programa Crescer Bem	● Encontros de Formação e Planejamento (carga horária e periodicidade?)
	Programa Mais Infância Ceará	● Formação da Metodologia ACT (carga horária e periodicidade?)
	Programa Criança Feliz	Encontros de Formação (carga horária e periodicidade?)

* O CRAS IRMÃ OSWALDA não apresentou necessidades de aprendizagem.

Quadro 8- Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho do CRAS Mimi Marinho

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS MIMI MARINHO		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos de E.P. atuais
	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	● Reunião Geral da Unidade:

<p>Centro de Referência da Assistência Social CRAS MIMI MARINHO</p>		<ul style="list-style-type: none">- Com equipe da unidade;- Periodicidade: Mensalmente;- Carga horária: 1h (a depender das pautas); <p>● Roda de Conversa com equipe técnica:</p> <ul style="list-style-type: none">- Técnicas PAIF e demais técnicos;- Periodicidade: Semanalmente (pode ser quinzenalmente, a depender da agenda da semana);- Carga horária: 30min (a depender das pautas); <p>● Planejamento Geral da Unidade:</p> <ul style="list-style-type: none">- Com toda a equipe para planejamento de ações principais e interligadas;- Periodicidade: Mensal;- Carga horária: 4h; <p>● Planejamento técnico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Cada técnico PAIF para planejamento dos encontros PAIF;- Periodicidade: 1ª ou 2ª semana do mês;- Carga horária: 4h; <p>● Encontro PAIF (todas as unidades):</p>
--	--	--

		<ul style="list-style-type: none">- Todos os técnicos e coordenadores de todas as unidades;- Periodicidade: Mensal;- Carga horária: 4h; ● Grupo de Estudo:- Não há período definido, a depender das demandas surgidas; ● Estudo de Caso - interno:- Envolvendo as duas técnicas PAIF, ou ainda profissionais da unidade;- Periodicidade: Não há período definido, a depender das demandas surgidas; ● Estudo de Caso - externo:- Envolvendo as duas técnicas PAIF e outros agentes/profissionais de outras políticas;- Periodicidade: Não há período definido, a depender das demandas surgidas; ● Agenda Padrão:- Atendimentos PAIF à população diariamente com revezamento de turno entre as técnicas;- Alimentação de sistemas em turno fora do atendimento;- Realização de visitas domiciliares de acompanhamento ou em caráter
--	--	---

		<p>de urgência em turno fora do atendimento;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encontros PAIF, realizados mensalmente, com cada grupo, totalizando três encontros por mês realizados por cada técnica, na segunda, terceira e quarta semana do mês.
	<p>Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Encontros de Formação e Planejamento <ul style="list-style-type: none"> - Todos os orientadores sociais e educadores sociais das unidades; - Periodicidade: Mensal; - Carga horária: 4h ou 8h; ● Encontros para planejamento da Formação dos orientadores sociais: <ul style="list-style-type: none"> - Técnicos de referência do SCFV e coordenadores das unidades - Periodicidade: mensal - Carga horária: 04h ● Planejamento das atividades semanais do SCFV: <ul style="list-style-type: none"> - Orientadores sociais; - Periodicidade: semanal (sextas-feiras); - Carga horária: 04h ● Planejamento das atividades de natureza não continuada do SCFV: <ul style="list-style-type: none"> - Orientadores sociais, equipe técnica e demais profissionais; - Periodicidade: Mensal (Reunião geral da unidade); - Carga horária: 04h

	Programa Crescer Bem	<ul style="list-style-type: none"> ● Encontros de Formação e Planejamento: <ul style="list-style-type: none"> - Facilitadoras do PCB; - Metodologia ACT; - Periodicidade: quinzenal (2ª e 4ª semana do mês); - Carga horária: 04h ● Planejamento das atividades de natureza não continuada: <ul style="list-style-type: none"> - Facilitadoras, equipe técnica e demais profissionais; - Periodicidade: Mensal (Reunião geral da unidade); - Carga horária: 04h
	Programa Mais Infância Ceará	<ul style="list-style-type: none"> ● Formação da Metodologia ACT (carga horária e periodicidade?)
	Programa Criança Feliz	<ul style="list-style-type: none"> ● Encontros de Formação; <ul style="list-style-type: none"> - Visitadoras do PCF, Supervisoras e coordenador do programa; - Periodicidade: mensal; - Carga horária: 08h ● Encontros de planejamento; <ul style="list-style-type: none"> - Visitadoras do PCF e Supervisoras do programa; - Periodicidade: semanal (Sextas-feiras); - Carga horária: 08h ● Planejamento das atividades de natureza não continuada: <ul style="list-style-type: none"> - Visitadoras, equipe técnica e demais profissionais; - Periodicidade: Mensal (Reunião geral da unidade); - Carga horária: 04h

Quadro 9: Mapeamento de Educação Permanente do CRAS Mimi Marinho

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS MIMI MARINHO		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos a serem desenvolvidos (Temas)
CRAS MIMI MARINHO	<p>Principais ações desenvolvidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Atendimentos particularizados e coletivos à população; ● Acompanhamento das famílias; ● Encaminhamentos e encaminhamentos a rede socioassistencial e para outras políticas; ● Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; ● Trabalho com grupos/coletivos com temas transversais e intergeracionais; ● Articulação de parcerias intersetoriais/institucionais; ● Educação ambiental; ● Cultura de paz; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver e fortalecer os processos de formação dos profissionais; ● Incentivo à capacitação e valorização profissional; ● Oferta dos serviços, programas e projetos para população com conflitos territoriais ou residentes em territórios longínquos; ● Uso do Meu INSS; ● Atualização dos instrumentais e sistemas de acompanhamento e registro como: SIGE; ● Fortalecer a disposição de benefícios eventuais (auxílios funerários, auxílios natalidade e itens para segurança alimentar); ● Implementar o Serviço da proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos

	<ul style="list-style-type: none">● Serviços voltados para o desenvolvimento da primeira infância;● Informação, orientação e direcionamentos à população;● Formação dos profissionais; <p>Serviços, programas e projetos:</p> <ul style="list-style-type: none">● Serviço de Proteção e atendimento Integral à Família (PAIF);● Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);● Atendimento do Cadastro único;● Concessão de benefícios eventuais;● Programa Criança Feliz (PCF);● Atendimento e acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Cartão Mais Infância Ceará (CMIC);	
--	---	--

	<ul style="list-style-type: none"> ● Programa Crescer Bem – Cartão Sobral; ● Projeto Ocupa CRAS; ● Sedhas Verde; ● Aplicação da metodologia ACT; 	
--	--	--

Quadro 10- Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho do CRAS Mimi Marinho

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS JAIBARAS		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos de E.P. atuais
Centro de Referência da Assistência Social CRAS JAIBARAS	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	<p>Roda técnica semanal com todas as equipes do CRAS: Carga horária: 40 minutos Periodicidade: semanal, às quartas-feiras.</p> <p>Turno interno para planejamento mensal/semanal: Carga horária: 32h Periodicidade: 2 vezes por semana</p> <p>Planejamento do Encontro Mensal do PAIF Carga horária: 02h Periodicidade: mensal, 1ª sexta-feira do mês</p> <p>Encontros do PAIF Carga horária: 04h Periodicidade: mensal, 3ª sexta-feira do mês</p>
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	<p>Roda técnica semanal com todas as equipes do CRAS: Carga horária: 40 minutos Periodicidade: semanal, às quartas-feiras.</p> <p>Encontro para planejamento da</p>

		Formação do SCFV: Carga horária: 04h Periodicidade: mensal Encontro da Formação do SCFV Carga horária: 04h Periodicidade: mensal
	Programa Crescer Bem	Encontros de Formação e Planejamento Carga horária: 04h Periodicidade: quinzenal
	Programa Mais Infância Ceará	Encontros de Formação e Planejamento Carga horária: 04h Periodicidade: quinzenal
	Programa Criança Feliz	Encontros para planejamento para execução das atividades no CRAS Carga horária: 04h Periodicidade: semanal, às segundas-feiras Encontros da Formação carga horária: 4h periodicidade: mensal

* CRAS Jaibaras não apresentou necessidade de aprendizagem

Quadro 10- Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho do CRAS Regina Justa

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS REGINA JUSTA		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos de E.P. atuais
Centro de Referência da Assistência Social CRAS REGINA JUSTA	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	<ul style="list-style-type: none"> ● Reunião geral com toda equipe /Agenda da Semanal Servidores da equipe que estiverem presentes. Carga horária: 03h Periodicidade: semanal, às sextas-feiras.

		<ul style="list-style-type: none">● Planejamento mensal das atividades do CRAS (toda equipe) Servidores da equipe que estiverem presentes. Carga horária: 04h Periodicidade: mensal, 4 segunda-feira do mês● Encontro dos técnicos para planejamento da formação do PAIF Técnicos de PAIF de todas as unidades de CRAS. Carga horária: 02h Periodicidade: mensal, 1ª sexta-feira do mês● Formação mensal para técnicos do PAIF Técnicos de PAIF de todas as unidades de CRAS, coordenadores e gerência da PSB. Carga horária: 04h Periodicidade: mensal, 3ª sexta-feira do mês● Encontro para Estudo de Casos e Reuniões Matriciais - interno/externo Técnicos de PAIF, coordenação e servidores externos quando necessário. Carga horária: 03h Periodicidade: A depender da demanda
--	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> ● Planejamento e acompanhamento dos grupos de PAIF (interno) <p>Técnicos de PAIF da unidade.</p> <p>Carga horária: 04h</p> <p>Periodicidade: duas vezes na semana, a depender da demanda.</p>
	<p>Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Reunião geral com toda equipe /Agenda da Semanal <p>Servidores da equipe que estiverem presentes.</p> <p>Carga horária: 03h</p> <p>Periodicidade: semanal, às sextas-feiras.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Reunião Semanal com a equipe do SCFV <p>Orientadores, Educadores Sociais e Coordenação.</p> <p>Carga horária: 01h</p> <p>Periodicidade: semanal, às terças-feiras.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Planejamento mensal das atividades do CRAS (toda equipe) <p>Servidores da equipe que estiverem presentes.</p> <p>Carga horária: 04h</p> <p>Periodicidade: mensal, 4 segunda-feira do mês</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Reunião para planejamento mensal

		<p>Todos os orientadores sociais, educadores sociais e coordenação da unidade.</p> <p>Periodicidade: Mensal;</p> <p>Carga horária: 4h ou 8h;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Encontros para planejamento da Formação do SCFV e OcupaCRAS: <p>Técnicos de referência do SCFV e coordenadores das unidades</p> <p>Periodicidade: mensal</p> <p>Carga horária: 04h</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Planejamento das atividades semanais do SCFV: <p>Orientadores sociais;</p> <p>Periodicidade: semanal (terças-feiras);</p> <p>Carga horária: 02h</p>
	<p>Programa Crescer Bem</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Reunião geral com toda equipe /Agenda da Semanal <p>Servidores da equipe que estiverem presentes.</p> <p>Carga horária: 03h</p> <p>Periodicidade: semanal, às sextas-feiras.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Planejamento mensal das atividades do CRAS (toda equipe) <p>Servidores da equipe que estiverem presentes.</p> <p>Carga horária: 04h</p>

		<p>Periodicidade: mensal, 4 segunda-feira do mês</p> <p>● Encontros de Formação e Planejamento:</p> <p>Facilitadoras do PCB (Metodologia ACT)</p> <p>Carga horária: 04h</p> <p>Periodicidade: quinzenal (2ª e 4ª semana do mês).</p> <p>● Reunião Semanal com a equipe do Crescer Bem</p> <p>Facilitadoras do PCB</p> <p>Carga horária: 01h</p> <p>Periodicidade: semanal, às quartas-feiras.</p>
	<p>Programa Mais Infância Ceará</p>	<p>● Formação e Planejamento:</p> <p>Metodologia ACT</p> <p>Carga horária: 04h</p> <p>Periodicidade: quinzenal</p>
	<p>Programa Criança Feliz</p>	<p>● Reunião geral com toda equipe /Agenda da Semanal</p> <p>Servidores da equipe que estiverem presentes.</p> <p>Carga horária: 03h</p> <p>Periodicidade: semanal, às sextas-feiras.</p>

		<ul style="list-style-type: none"> ● Planejamento mensal das atividades do CRAS (toda equipe) <p>Servidores da equipe que estiverem presentes.</p> <p>Carga horária: 04h</p> <p>Periodicidade: mensal, 4 segunda-feira do mês.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Reunião Semanal com a equipe do PCF <p>Equipe do PCF</p> <p>Carga horária: 01h</p> <p>Periodicidade: semanal, às terças-feiras.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Encontros de Formação; <p>Visitadoras do PCF, Supervisoras e coordenador do programa</p> <p>Carga horária: 08h</p> <p>Periodicidade: mensal</p>
--	--	--

Quadro 11: Mapeamento de Educação Permanente do CRAS Regina Justa

ÁREA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: CRAS REGINA JUSTA		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos a serem desenvolvidos (Temas)
CRAS REGINA JUSTA	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários - Diversidade Sociocultural e 	<ul style="list-style-type: none"> ● O uso do Meu INSS ● O trabalho social com famílias em comunidades com conflitos territoriais ● Atendimento às Famílias tradicionais na Assistência Social

	<p>intergeracional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cuidado e proteção ao meio ambiente; - Cultura de paz - Valorização da vida e autocuidado - O trabalho com a gestante; dentre outros. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Formas de intervenção para trabalho com pessoas com deficiência
--	---	---

Quadro 12- Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho do Centro POP

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL/CENTRO POP		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos de E.P. atuais
CENTRO POP	Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua	<ul style="list-style-type: none"> ● Planejamentos semanais; ● Estudos de casos semanal; ● Matriciamentos semanais com CAPS AD; ● Reuniões de Gerente da Célula da PSE e Coordenadores-semanal ● Rodas de Conversa através de atividades de cuidados e acolhimento diariamente ● Encontros de Formação em Saúde Mental e Políticas sobre Drogas- semanal ● Encontros das Abordagem Social (CREAS e Centro Pop) mensal ●

Quadro 13- Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho do CREAS

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL/CREAS		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos de E.P. atuais
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	<ul style="list-style-type: none"> ● PAEFI ● MSE ● SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL 	<ul style="list-style-type: none"> ● Visitas compartilhadas semanais ● Estudo de Caso Semanais ● Rodas Técnicas com equipe quinzenais ● Encontros de planejamentos-mensais ● Participação na Intervenção do Projeto da Residência Multiprofissional em Saúde Mental -quinzenal ● Encontros de Formação em Saúde mental e Políticas sobre Drogas- 60h/a ● Reunião de Coordenadores com Gerência da PSE- semanal ● Grupo de Responsável dos adolescentes acompanhados pelas Medidas Socioeducativas mensal; ● Grupo dos adolescentes acompanhados pelas Medidas Socioeducativas mensal

Quadro 14- Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho do Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL/ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos de E.P. atuais
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	Serviço de Acolhimento	<ul style="list-style-type: none"> ● Estudo de Caso com os profissionais do CAPS AD semanal

PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	Institucional para Pessoa em Situação de Rua.	<ul style="list-style-type: none"> ● Roda Técnica de profissionais quinzenal; ● Estudo de Caso quinzenal ● Encontros de Formação em Saúde mental e Políticas sobre Drogas- 60h/a ● Reunião de Coordenadores com Gerência da PSE- semanal ● Culminâncias Temáticas Educativos com parceiros mensal (CRIS, Escola de Saúde, CSF, CAPS Ad e Geral).
--	---	---

Quadro 14- Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho do Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes

ÁREA: PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL/ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços existentes ou desenvolvidos	Processos de E.P. atuais
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes	<ul style="list-style-type: none"> ● Roda Técnica de profissionais semanais. ● Planejamento mensal ● Estudo de Caso mensais entre CREAS, Caps Geral, Conselho Tutelar e outros. ● Formação em Saúde Mental e Políticas sobre Drogas ● Culminância Temáticas Intrasetorial com Coordenadoria dos Direitos Humanos.

Quadro 15: Mapeamento de Educação Permanente do CREAS, Centro POP, Acolhimento para pessoas em situação de rua, Acolhimento para crianças e adolescentes

AREA :PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL		
Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços	Processos a serem desenvolvidos (Temas)

	existentes ou desenvolvidos	
CREAS	<ul style="list-style-type: none"> ● PAEFI ● MSE ● Serviço Especializado em Abordagem Social CREAS e Centro POP 	<ul style="list-style-type: none"> ● A Política Nacional da Assistência Social (PNAS/2004) ● A Proteção Social Especial (PSE) na Política da Assistência Social ● Processos metodológicos na execução dos serviços da Proteção Social Especial ● Transversalidade na Política da Assistência Social com ênfase na Proteção social Especial ● Os Sujeitos na Construção da Proteção Social Especial ● O Trabalho Social com Famílias ● Abordagem Social para população e situação de rua ● Tipos de Estatutos Legislativos- Normas Jurídicas ● Violência no Brasil ● Especificidades do Serviço de Acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua/ Abrigo Provisório ● previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. ● Especificidades do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; ● Interface do SUAS com o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, (Lei 12.594 de 2012). ● Lei 13.431 de 13 de Abril de 2017- Lei da Escuta Especializada de Crianças
CENTRO POP		
ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA		
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES		

		<p>e Adolescentes Vítima ou Testemunha de Violência</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Lei 13.431 de 13 de Abril de 2017- Lei da Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes Vítima ou Testemunha de Violência ● Centro Dia para Pessoa Idosa ● Ciclos de Pedagogos ● Sistemas de acompanhamento familiar ● “Cuidando do Cuidador” ● Saúde Mental e Políticas sobre Drogas ● Conhecendo os Fluxos da Política de Saúde ● Fluxos das Políticas Setoriais ● Sistemas de Informação (SIGE, Prontuário físico e eletrônico e demais instrumentais de acompanhamento familiar que demandem alimentação em sistemas) ● Educação Inclusiva; ● Atribuições do Conselho Tutelar de acordo com a nota técnica nº 006/2017 ● Formação em Educação Popular; ● Aprofundamento nos Círculos de Construção Paz; ● Formação em Direitos Humanos (Fluxos Migratórios através da Lei nº 13.684 de 21 de junho de 2018. ● Noções Básicas sobre Matriciamento.
--	--	---

6.1.2.Mapeamento do Território Vivo e Necessidades dos Direitos Humanos

Quadro 16- Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho/ Direitos Humanos

Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços desenvolvidos	Processos de Educação Permanente existentes	Necessidades de aprendizado (conhecimentos, habilidades, atitudes)
Coordenação de Direitos Humanos	<p>Gestão de processos e pessoas;</p> <p>Articulação de políticas públicas de promoção e defesa de Direitos Humanos.</p> <p>Planejamento intersetorial e interinstitucional;</p> <p>Atendimento, averiguação e encaminhamento de denúncias de violações de DH.</p> <p>Acompanhamento aos migrantes.</p>	<p>Reunião de Coord. e equipe;</p> <p>Curso de Lideranças;</p> <p>Curso de Combate ao Trabalho Escravo - CPT.</p> <p>Fóruns de Povos de Terreiro, Igualdade Racial e DH.</p>	
Gerência de Articulação	<p>Apoio à Gestão em DH;</p> <p>Apoio institucional à Equipe;</p> <p>planejamento, execução, monitoramento e avaliação de ações e projetos;</p> <p>Atendimento, averiguação e encaminhamento de denúncias de violações de DH;</p> <p>Correspondência oficial;</p> <p>Educação permanente em DH para equipe e parceiros;</p> <p>Visitas domiciliares e institucionais de apoio aos migrantes.</p>		

Núcleo da Pessoa com Deficiência e Idosa			
Núcleo da Diversidade Sexual			
Núcleo da Igualdade Racial			

6.1.3.Mapeamento do Território Vivo e Necessidades de Prevenção de Violências

- Conteúdos técnicos e específicos
 - Aprimoramento de uso do SIGAJU - Sistema de Georreferenciamento de Acompanhamento das Juventudes
 - Ferramentas de apoio: usos de tecnologias de planilhas, documentos, sistemas e outros
 - Monitoramento e avaliação
- Conhecimento da rede socioassistencial
 - Serviços, programas e projetos dos CRAS
 - Documentação: quais os trâmites para cada tipo de documentação
 - SINASE e Medidas Socioeducativas
 - Trabalho em rede
 - Saúde mental: fluxos e encaminhamentos
- Direitos Humanos e Prevenção de Violências
 - Retificação de documentação
 - Gêneros e garantia de direitos
 - Análise dos dados de homicídios

○Justiça restaurativa

○Comunicação

Quadro 17 - Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho/UGP-PV

Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços desenvolvidos	Processos de Educação Permanente existentes	Necessidades de aprendizado (conhecimentos, habilidades, atitudes)
UGP-PV	Monitoramento e análise da Sala de Situação	Analisar os indicadores que auxiliam na condução do trabalho e no foco das ações e estratégias	DEsenvolvimento do olhar de gestão de informações para qualificar o trabalho
UGP-PV	Planejamento e programação de agendas sistemáticas	Reuniões de coordenações Reuniões de equipe geral Reuniões de equipe territorial Encontros de Eixo Organização dos processos de trabalho	Conhecimento de organização de uma reunião, sistematização de pautas, direcionamento, organização do tempo, monitoramento de encaminhamentos.
Célula de Comunicação	Jovens Comunicadores	Programa formativo para as juventudes atuando na perspectiva de uma comunicação colaborativa e comunitária	
Célula de Comunicação	Comunicação em redes sociais	Difusão de criação de narrativas afirmativas sobre prevenção de	

		violências nas redes sociais	
Programa Articulador de Juventude e Círculos de Diálogos	Formação paideia	Levantamento de necessidade e trocas de aprendizagens entre a própria equipe.	
Comitês Territoriais	Programa formativo dos gestores dos comitês	Planejamento e autogestão do espaço Análise dos dados de homicídios Análise do diagnóstico situacional Alinhamentos de gestão para conhecimento dos demais serviços Análises dos estudos de mortes Espaços formativos sobre temas que gestores fazem o levantamento das necessidades	
Célula de Educação Permanente	Programa Formativo da equipe territorial	Encontros mensais com as equipes geral para tratar dos temas de interesse comum Encontros semanais entre equipes para temáticas específicas Conteúdos técnicos e específicos	Aprimoramento de uso do SIGAJU - Sistema de Georreferenciamento de Acompanhamento das Juventudes Ferramentas de apoio: usos de tecnologias de planilhas, documentos, sistemas e outros

			Monitoramento e avaliação
Célula de Educação Permanente	Programa Formativo da equipe territorial	Conteúdos técnicos e específicos	Serviços, programas e projetos dos CRAS Documentação: quais os trâmites para cada tipo de documentação SINASE e Medidas Socioeducativas Trabalho em rede Saúde mental: fluxos e encaminhamentos
Célula de Educação Permanente	Programa Formativo da equipe territorial	Conhecimento da rede socioassistencial	Serviços, programas e projetos dos CRAS Documentação: quais os trâmites para cada tipo de documentação SINASE e Medidas Socioeducativas Trabalho em rede

			Saúde mental: fluxos e encaminhamentos
		Direitos Humanos e Prevenção de Violências	Retificação de documentação Gêneros e garantia de direitos Análise dos dados de homicídios Justiça restaurativa Comunicação

6.1.4. Mapeamento do Território Vivo e Necessidades do Controle Social

Segundo relato das secretárias executivas dos conselhos vinculados à SEDHAS, na última gestão não houve processo formativo e há uma necessidade emergente de capacitação para qualificação do seu processo de trabalho, bem como das mesas diretoras dos referidos conselhos para melhor condução de uma agenda mais atuante do ponto de vista das atribuições dos conselheiros enquanto atores sociais que deliberam as políticas da assistência social dos direitos humanos.

Quadro 18 - Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho

Unidade/ Equipam ento/ serviço	Programas/pr ojetos ações e serviços desenvolvidos	Processos de Educação Permanente existentes	Necessidades de aprendizado (conheciment os, habilidades, atitudes)
		Inexistentes	Histórico,

			<p>princípios e diretrizes da política nacional da assistência social</p> <p>Legislação da política nacional da assistência social</p> <p>Norma operacional básica e suas</p> <p>Tipificação nacional de serviços socioassistenciais</p> <p>Normas técnicas dos serviços socioassistenciais: proteção social básica e especial</p> <p>Intersetorialidade: trabalho em rede</p> <p>Apresentação da rede socioassistencial local</p> <p>Cadastro único e auxílio Brasil: noções básicas</p> <p>Atribuições e papéis dos conselheiros vinculados a SEDHAS</p>
--	--	--	--

			<p>Operacionaliz ação do SIPIA</p> <p>Círculos de construção de paz e de cuidados</p> <p>O papel do conselheiros tutelares no acolhimento de crianças e adolescentes</p> <p>Os fluxos de atendimento psicossocial de crianças e adolescentes na rede de proteção Às vítimas de violência</p>
--	--	--	--

6.1.6. Mapeamento do Território Vivo e Necessidades da Educomunicação

No âmbito das ações de comunicação, seguem as ações que já estão em andamento e as que serão implantadas:

Quadro 19 - Mapeamento do território vivo de aprendizado no trabalho

Unidade/ Equipamento/ serviço	Programas/projetos ações e serviços desenvolvidos	Processos de Educação Permanente existentes	Necessidades de aprendizado (conhecimentos, habilidades, atitudes)
--	--	--	---

<p>Coordenadoria de Comunicação</p>	<p>Comunicação externa</p>	<p>Divulgação de conteúdos educativos nas redes sociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Divulgação de conteúdos educativos alinhados com as necessidades das coordenadorias; ● Uso de veículos de comunicação de massa com caráter pedagógico; ● Planejamento de eventos que dialoguem com outros públicos, outros órgãos públicos e com as instituições da sociedade civil; ● Planejamento de um encontro de produção de conhecimento sobre as linhas de educação e mídia da Sedhas.
	<p>Comunicação interna</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Encontros com a secretária e 	<ul style="list-style-type: none"> ● Criação de canais de comunicação interna, com o

		<p>com a coordenadora de Comunicação da Prefeitura, para alinhamento sobre ações da comunicação;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Encontros pontuais para discussão sobre a comunicação na Sedhas; ● Reuniões ordinárias com a Gerência de Comunicação Criativa, Colaborativa e Cidadã (UGP), para discutir ações de comunicação ● Divulgação de conteúdos 	<p>objetivo de comunicar ações, mas também formar para os valores da instituição;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Encontro de gestão para definição de conteúdos educativos a serem produzidos, em acordo com as Coordenadorias; ● Formações sobre educação popular, comunicação comunitária, técnicas de produção de conteúdo para comunicadores ativos de cada unidade; ● Formações em comunicação não-violenta, acessibilidade,
--	--	---	--

		com os servidores da Sedhas, via grupos de WhatsApp.	diversidade, dentre outros, para todos os servidores.
--	--	--	---

6. EDUCAÇÃO E MÍDIA

Educar com e para o acesso à informação em tempos de mídias digitais constitui-se como um desafio ao poder público. Em tempos de fake news e de pós-verdade, a Comunicação assume um papel essencial, inclusive, formando e educando para o acesso à informação para garantia de direitos e redução de desigualdades sociais.

Para tanto, recentemente, vem se desenvolvendo uma nova área que estuda as interações desses processos, a educomunicação, propondo assim o processo de educação para a mídia e levando em consideração o acesso às tecnologias digitais, trazendo-as para o processo de ensino e aprendizagem, através da interação virtual, dos jogos educativos e, permitindo a exploração de um mundo novo de possibilidades.

Soares (2018) defende que a relação entre os teóricos de mídia-educação e da educomunicação vinha acontecendo de forma conflituosa, mas que os dois conceitos ensejaram uma aproximação nos últimos anos, caminhando para um “efetivo diálogo” (idem). Baseado em uma leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a autora defende a emergência de *implementar políticas de educação midiática nos projetos curriculares nacionais*”.

Sendo a gestão responsável pelas políticas de Assistência Social, Prevenção de Violências e Direitos Humanos, é imprescindível que as ações comunicacionais levem em conta a inclusão e o respeito às diversidades (sexuais, de origem, de etnias), o combate aos preconceitos e a acessibilidade das pessoas com deficiência, utilizando, quando possível, as linguagens adequadas, com o objetivo de incluir e evitar termos capacitistas ou preconceituosos.

Dentro das políticas coordenadas pela Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social (Sedhas), podemos dividir o escopo de ações em duas áreas: comunicação externa e comunicação interna.

Comunicação externa

No âmbito da comunicação externa, o objetivo é comunicar, de forma educativa, sobre as pautas correlatas às políticas coordenadas pela Secretaria:

7.1. Comunicação para a informação sobre os serviços, programas, projetos, benefícios, garantias e outros, no âmbito do SUAS

7.2. Comunicação para prevenção de violências

7.3 Comunicação para a efetivação dos direitos humanos e combate aos diversos preconceitos

7.4. Comunicação para práticas afirmativas relacionadas ao desenvolvimento na primeira infância

Comunicação interna

Em acordo com as diretrizes de gestão, na comunicação interna, as ações de educação devem incluir o amplo escopo da área de comunicação, em correlação com as ferramentas, propostas e modelos educacionais. Essas ações devem focar, desde a melhoria da comunicação interna até a formação para o uso das ferramentas digitais. Os processos de formação serão voltados para

comunicadores ativos da comunicação institucional, que receberão formação para a produção de conteúdos para os territórios.

O processo de comunicação interna deve abranger, ainda, questões técnicas, tais como o uso dos meios de comunicação de massa como ferramentas pedagógicas, afetivas e não-reativas. Já no âmbito da gestão, é importante a criação de canais próprios de comunicação interna, que levem informação sobre as políticas aos servidores e colabore para a internalização da cultura organizacional da Sedhas.

7. MONITORAMENTO/AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação tem por propósito acompanhar o alcance dos objetivos previstos visando os ajustes necessários ao seu aprimoramento. Trata-se de um processo contínuo que acompanha o percurso formativo trilhado pelo trabalhador intencionando avaliar o impacto na sua qualificação e progressão funcional, na transformação dos processos de trabalho e respectivamente na melhoria da qualidade dos serviços prestados⁶.

Serão estabelecidos indicadores(em anexo) que mensurem os resultados esperados e obtidos para fins de acompanhamento da efetividade das metodologias utilizadas e do aproveitamento profissional e processual.

Semestralmente será realizada revisão na Programação Anual de Educação Permanente para atualizar a necessidade de capacitações das equipes, bem como a socialização de resultados da execução das ações de formações, através de Relatórios de Gestão da Educação Permanente.

O Plano estará alinhado com o PPA, Plano Municipal da Assistência Social, dos Direitos Humanos, da Prevenção de Violências, Controle Social incluindo as metas e recursos orçamentários, sobretudo os resultados alcançados.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS. Brasília, 2006.

2. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS. Brasília, 2012.

3. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, 2005.

4. BRASIL, Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013.

5. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. RESOLUÇÃO CNAS Nº 4, DE 13 DE MARÇO DE 2013. Institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social – PNEP/SUAS.

6. BRASIL. Tribunal de Contas da União. Controle exercido por conselhos da assistência social : módulo 1 : assistência social no Brasil : políticas, recursos e controle / Tribunal de Contas da União. – Brasília : TCU, Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social, 2013.

7. Ragazzan, D. M. Reenha Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação. EDUCERE - Revista da Educação, v. 2, n. 1: jan- jun/ 2002. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/839/736>. Acesso em : 24 nov 2021.

8. Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues. Projeto Político Pedagógico/ Escola de Saúde Pública do Ceará/ Coordenação José Batista Cisne Tomaz et al - Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2020. 132 p

9. Agra G, Formiga NS, Oliveira PS, Costa MML, FernandesMGM, Nóbrega MML. Analysis of the concept of Meaningful Learning in light of the Ausubel's Theory. Rev Bras Enferm [Internet]. 2019;72(1):248-55. DOI:

10. Vicentinni, D. ; Verástegui, R. L. A. A pedagogia crítica no Brasil: a perspectiva de Paulo Freire. XVI Semana da Educação. VI Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/PERSPECTIVAS%20FILOSOFICAS/A%20PEDAGOGIA%20CRITICA%20NO%20BRASIL%20A%20PERSPECTIVA%20DE%20PAULO%20FREIRE.pdf>

11. BRASIL, Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 1ª ed. - Brasília: MDS, 2013, 57 p.

12. SOBRAL. Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação da Educação na Saúde. Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia. Plano Municipal de Saúde de Sobral 2018 a 2021. Sobral-CE, 2018-2021, 84 p.

13. SOARES, I. O. Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil. Revista Comunicação & Educação, ano XXIII, número 1, jan/jun. 2018. Online. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/144832/140322> Acesso em 08 dez. 2021, às 19h52.

